

Fórum Dialoga Brasil PPA 2016-2019



Fórum Dialoga Brasil no PPA 2016-2019

DEVOLUTIVA

Brasília, 27 a 29 de julho de 2015

Relatos dos Grupos de Trabalho

Sumário

1. Introdução.....	2
2. Fóruns Dialoga Brasil no PPA 2016-2019.....	2
3. Devolutiva	5
4. Programação e Metodologia.....	5
5. Mini-plenárias Temáticas	6
Grupo 1 - Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar e Nutricional.....	7
Grupo 2 - Desenvolvimento Urbano e Justiça	10
Grupo 3 - Direitos.....	11
Grupo 4 - Saúde, Consolidação do SUAS e Previdência	16
Grupo 5 - Educação, Esporte, Cultura e Tecnologia	19
Grupo 6 - Território e Meio ambiente.....	22
Grupo 7 - Desenvolvimento e Infraestrutura	26
Grupo 8 - Democracia e Gestão	31
6. Grupos de Trabalho	33
Grupo 1 - Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar e Nutricional.....	33
Grupo 2 - Desenvolvimento Urbano e Justiça	34
Grupo 3 - Direitos.....	35
Grupo 4 - Saúde, Consolidação do SUAS e Previdência	36
Grupo 5 - Educação, Esporte, Cultura e Tecnologia	38
Grupo 6 - Território e Meio Ambiente	38
Grupo 7 - Desenvolvimento e Infraestrutura	39
Grupo 8 - Democracia e Gestão	40

Fórum Dialoga Brasil PPA 2016-2019



1. Introdução

O Plano Plurianual (PPA) compõe o alicerce do Governo para os próximos quatro anos. Ele materializa as estratégias e estabelece as políticas e ações prioritárias para o país. Nesse sentido, o PPA norteia qual o desenvolvimento que queremos para o futuro. “Planejar significa nos anteciparmos ao futuro, pensarmos o futuro que queremos e realizarmos escolhas” (Miguel Rossetto, Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Fórum Dialoga Brasil no PPA-Região Norte).

Para os próximos quatro anos, a Presidenta Dilma anunciou que o lema central do Governo será *Brasil, Pátria Educadora*, buscando consolidar assim a educação como prioridade e proporcionando às ações do governo um significado formador e de cidadania. “Ao bradarmos BRASIL, PÁTRIA EDUCADORA estamos dizendo que a educação será a prioridade das prioridades, mas também que devemos buscar, em todas as ações do governo, um sentido formador, uma prática cidadã, um compromisso de ética e um sentimento republicano” (discurso de posse da Presidenta Dilma no Congresso Nacional, 1 de janeiro de 2015).

A ideia central, definida pela Presidenta Dilma, é a de que o país quer continuar caminhando, crescendo, desenvolvendo, incluindo, diminuindo as desigualdades regionais e sociais, com mais igualdade e mais justiça. E isso só é possível com as ações conjuntas entre o governo e a sociedade, em busca de um país com cada vez mais cidadania.

Nesta perspectiva, dando continuidade ao processo de participação social na elaboração do Plano Plurianual 2016-2019, ocorreu o Fórum Dialoga Brasil no PPA 2016-2019 - Devolutiva, entre os dias 27 a 29 de julho de 2015, em Brasília. Esta etapa da elaboração do PPA contou com mais de 350 participantes prioritariamente da sociedade civil organizada, de Conselhos Nacionais e Comissões de políticas públicas, de centrais sindicais, confederações empresariais, movimentos sociais e de organizações não governamentais. Teve como objetivo apresentar o que foi incorporado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ao Projeto de lei do PPA 2016-2019, que será enviado ao Congresso Nacional a partir do que foi proposto pela sociedade civil durante os Fóruns Dialoga Brasil no PPA 2016-2019. Também foi objetivo do Fórum a elaboração de sugestões de agendas a serem monitoradas no acompanhamento participativo da gestão do PPA 2016-2019 e dos orçamentos. O principal objetivo deste breve relatório é apresentar o que foi debatido nas mini-plenárias de apresentação da devolutiva e resultado dos grupos de trabalho ocorridos durante o Fórum Dialoga Brasil no PPA 2016-2019 - Devolutiva que debateram as sugestões de monitoramento de agendas do PPA 2016-2019.

2. Fóruns Dialoga Brasil no PPA 2016-2019

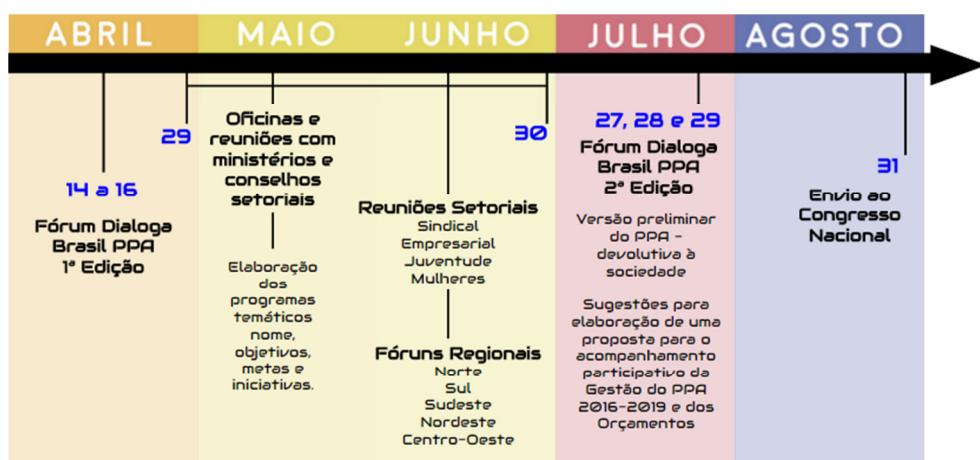
O início do calendário (figura 1) do processo de participação social na elaboração do Plano Plurianual para o período 2016-2019 ocorreu nos dias 14 a 16 de abril de 2015 e contou com a participação da sociedade civil organizada. Foram cerca de 400 participantes prioritariamente da

Fórum Dialoga Brasil PPA 2016-2019



sociedade civil organizada, de Conselhos Nacionais e Comissões de políticas públicas, de centrais sindicais, confederações empresariais, movimentos sociais e de organizações não governamentais debatendo as dimensões regionais e temáticas do PPA 2016-2019.

Figura 1 - Linha do tempo da participação social na elaboração do PPA 2016-2019, até o envio ao Congresso Nacional.



No calendário do processo participativo de construção do PPA foram realizados seis Fóruns nas cinco regiões do país (Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e duas no Nordeste) e quatro Fóruns Setoriais (Juventude, Mulheres, Sindical e Empresarial) entre os meses de maio e junho. Foram quase quatro mil e quinhentos participantes presenciais desde o Fórum Dialoga Brasil no PPA 2016-2019 de abril e 33.494 acessos no *participa.br* e nas redes sociais (tabela 1 e figura 2).

Tabela 1 - Datas dos Fóruns Dialoga Brasil no PPA 2016-2019 Regionais e Setoriais e respectivos números de participantes e entidades presentes.

Datas	Região	Participantes	Entidades presentes
22-5-2015	Nordeste - Salvador	663	241
28-5-2015	Sul - Porto Alegre	511	120
29-5-2015	Sudeste - Belo Horizonte	558	159
2-6-2015	Centro-Oeste - Goiânia	637	51
10-6-2015	Norte - Belém	755	202
11-6-2015	Nordeste - Fortaleza	621	160
Total nos Fóruns Regionais		3.745	933
16-6-2015	Mulheres	122	60
18-6-2015	Juventude	86	33
29-6-2015	Sindical	92	39
29-6-2015	Empresarial	35	24
Total nos Fóruns Setoriais		335	156
Total Geral dos Fóruns		4.080	1.089

Fonte: Secretaria-Geral da Presidência da República, julho de 2015.

Fórum Dialoga Brasil PPA 2016-2019



Figura 2 - Representação da participação social na elaboração do PPA 2016-2019.



Nestes processos participativos foram construídas, por representantes da sociedade civil organizada, mais de 1000 propostas (tabela 2). Estas propostas foram encaminhadas aos diversos órgãos governamentais, que realizaram 120 oficinas temáticas, com mais de 4 mil participantes destes órgãos. O resultado foi a construção de 54 programas que, por meio de cerca de 300 objetivos, 1.116 metas e 2.847 iniciativas, indicaram as prioridades e ações de cada um dos setores de atuação do Governo Federal.

Tabela 2 - Número de propostas construídas nos Fóruns Dialoga Brasil no PPA 2016-2019 - Interconselhos de abril, regionais e setoriais.

Fóruns Dialoga Brasil no PPA 2016-2019	Propostas (nº)
Interconselhos (abril 2015)	352
Regionais (Salvador, Fortaleza, Belo Horizonte, Belém, Porto Alegre e Goiânia) e Setoriais (Mulher, Juventude, Sindical e Empresarial)	698
TOTAL	1.050

Fonte: Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, julho de 2015.

Fórum Dialoga Brasil PPA 2016-2019



3. Devolutiva

Dando continuidade ao processo de participação social na elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, o Fórum Dialoga Brasil no PPA 2016-2019 – Devolutiva foi realizado entre os dias 27 a 29 de julho de 2015. Como foi referido, este Fórum teve como objetivo principal apresentar o que foi incorporado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ao Projeto de lei do PPA 2016-2019, a partir do que foi proposto pela sociedade civil durante os Fóruns Dialoga Brasil no PPA 2016-2019. Também teve como objetivo levantar sugestões de agendas a serem monitoradas.

4. Programação e Metodologia

A abertura do Fórum Dialoga Brasil no PPA 2016-2019 - Devolutiva, no dia 27 de julho, possibilitou a contextualização dos processos de elaboração participativa do PPA e a apresentação da metodologia do Fórum. Posteriormente ocorreu a apresentação geral do Relatório da Devolutiva do Fórum, com a consolidação dos eixos e diretrizes estratégicas a partir das contribuições dos Fóruns Nacional, Regionais e Setoriais e intervenções dos participantes da sociedade civil.

No dia seguinte, 28 de julho, ocorreram, na parte da manhã, as mini-plenárias temáticas, onde foram apresentados e debatidos os programas temáticos atualizados do PPA e as propostas dos Fóruns que foram incorporadas ou não. Os participantes foram divididos em oito mini-plenárias pelos seguintes temas:

- 1- Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar e Nutricional;
- 2- Desenvolvimento Urbano e Justiça;
- 3- Direitos;
- 4- Saúde, Consolidação do SUAS e Previdência;
- 5- Educação, Esporte, Cultura e Tecnologia;
- 6- Território e Meio ambiente;
- 7- Desenvolvimento e Infraestrutura; e
- 8- Democracia e Gestão.

Na parte da tarde ocorreu o lançamento e apresentação da plataforma digital do Dialoga Brasil, com a presença da Presidenta Dilma, na sala Funarte. Esta plataforma é um espaço de participação social através da internet que se propõe a ajudar a melhorar as ações do governo. Apresenta 14 temas e 80 programas prioritários do governo federal para que a população proponha melhorias nas políticas públicas. O governo federal responderá as três propostas mais apoiadas de cada programa. Os participantes do Fórum Dialoga Brasil no PPA 2016-2019 - Devolutiva participaram ativamente deste lançamento (ver foto 1).

Fórum Dialoga Brasil PPA 2016-2019



Foto 1 - Lançamento do Dialoga Brasil Digital, julho de 2015.



O início dos trabalhos do dia 29 de julho ocorreu com a apresentação, em plenária, de Proposta de Acompanhamento Participativo da Gestão do PPA 2016-2019 e dos Orçamentos pelas Secretarias de Planejamento e Investimento Estratégico (SPI) e de Orçamento Federal (SOF), ambas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e pela Secretaria Nacional de Participação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Posteriormente, os participantes foram divididos em oito grupos para debate e levantamento de sugestões de agenda a serem monitoradas no acompanhamento participativo da Gestão do PPA 2016-2019 e dos Orçamentos. Este foi o momento privilegiado de participação e produção coletiva de levantamento de propostas.

Na parte da tarde do dia 29 de julho houve a apresentação em plenária, pelos relatores e relatoras da sociedade civil, das propostas sugeridas pelos grupos de trabalho para o acompanhamento participativo da Gestão do PPA 2016-2019 e dos Orçamentos. Na sequência ocorreu a esplanação do cronograma e os encaminhamentos para o acompanhamento participativo após a entrega do Projeto de Lei do PPA 2016-2019 no Congresso Nacional.

5. Mini-plenárias Temáticas

As mini-plenárias temáticas tiveram como objetivo a apresentação e debate dos programas temáticos do PPA 2016-2019 atualizados e especialmente dar a conhecer as propostas dos Fóruns realizados ao longo deste período que foram incorporadas ou não ao Projeto do PPA a ser enviado ao Congresso Nacional. Os participantes foram divididos em oito mini-plenárias pelos seguintes temas:

Fórum Dialoga Brasil PPA 2016-2019



Grupo 1 - Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar e Nutricional

Os presentes se apresentaram e foi explicada a metodologia. Posteriormente os representantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão apresentaram a estrutura do PPA e abordaram o tema do grupo:

Três pilares da sustentabilidade:

- Estrutura:

- Apresentação do Programa Temático
- Rol das Propostas Atendidas (Desafios/ações)
- Respostas (obj, metas, iniciativas) – QUADRO DESAFIOS-REPOSTAS

- Apresentação Programa Pesca e Aquicultura - 4 OBJETIVOS, 16 METAS, 56 INICIATIVAS

- Apresentação do Programa Agropecuária Sustentável - 13 objetivos, 31 metas, 206 iniciativas (objetivo 10 48 - promover e induzir a transição agroecológica e a produção orgânica ...)

- Cooperativismo e associativismo
- Acesso a crédito e ater

- Apresentação do Programa Pesquisa e Inovação para a Agropecuária – 6 objetivos, 16 metas, 63 iniciativas

Debate:

Foi proposto debate em relação ao que já foi apresentado para não ficar cansativo só apresentações.

Programa da pesca, como vai dialogar com os rios poluídos e grandes projetos de barragens e desvio de rios, devastação para pastagens pelo agronegócio, como falar de pesca artesanal diante desse cenário. Ex. sudeste, os rios estão mortos exceto na chuva. Sobre os termos, fala-se de troca de conhecimento, difusão é de cima pra baixo, pra os que são do campo da agroecologia não cabe.

Também sobre os termos utilizados, foi atentado que para “mulheres trabalhadoras”, na verdade são mulheres pescadoras.

Também sobre termos, a palavra “biodiversidade” deve ser ampliada para “agrobiodiversidade”, que dá evidência as sementes, contempla mais elementos. Assim, como difusão, a palavra “produção” de conhecimento deve ser trocada por “construção” de conhecimento. E quanto aos rios, um ribeirinho diz que sentem na pele os efeitos do canal de Xingó e a especulação de grandes proprietários de terras de outros locais para o agronegócio. Também a recuperação do rio São Francisco e seus afluentes, deve ter alguma ação nesse sentido.

MPOG diz que concorda que os termos não são os mais apropriados, a própria Embrapa tem dado ênfase a isso, constrói pesquisa e transfere tecnologia. Podemos deixar registrado em ficha o que por ventura acham que está faltando. Afirma que foi distribuído pelo MPOG a síntese do relatório no pendrive recebido no credenciamento. Vão apresentar os 3 programas voltados a SAN, Reforma agrária e Agricultura Familiar.

Fórum Dialoga Brasil PPA 2016-2019



Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar – 9 obj, 26 metas e 70 iniciativas

- Estrutura:

- Apresentação do Programa Temático
- Rol das Propostas Atendidas (Desafios/ações) - Muito agroecologia!!! (ver 2 fotos slides)
- Respostas (obj, metas, iniciativas) – QUADRO DESAFIOS-REPOSTAS: objetivos 0412, 0760
 - ampliar a inservcao da ag fam em sis de prod de base agroecologica... Obj 412, continuidade nas 2 fotos slides

Programa Reforma Agrária e Governança Fundiária – 6 objetivos, 19 metas e 45 iniciativas

-- Estrutura:

- Apresentação do Programa Temático
- Rol das Propostas Atendidas (Desafios/ações)
- Respostas (obj, metas, iniciativas) – QUADRO DESAFIOS-REPOSTAS – objetivos 0987, 0413, 0420, metas 03zt, 03zu, 0400 – foto slide.
- Metas 0406, 0407, 0402, 0400 e objetivo 0420
- Jovens e mulheres no campo

Programa Temático Segurança Alimentar e Nutricional – 6 objetivos, 18 metas, 48 iniciativas

- Apresentação do Programa Temático
- Rol das Propostas Atendidas (Desafios/ações) - é o que tem o maior número de propostas feitas! 21!
- Respostas (obj, metas, iniciativas) – QUADRO DESAFIOS-REPOSTAS-

Foi parabenizado pelo esforço das audiências regionais, é um processo. 2. Na linha pro futuro, reforçar no avanço dos planos refletidos no PPA, CONDRAF fez esse esforço de transformar o seu plano numa linguagem do PPA, que os planos construídos nas conferências dialoguem com essa linguagem PPA. 3. O programa temático SAN está muito melhor do que o PPA anterior, mas ainda está distante da política de SAN, tem o desafio de pensarmos como transformar as camaras interministeriais em gestores, CAISAN e CIAPO, por exemplo. Temos que pensar em mecanismos que permitam isso.

Outra intervenção afirmou que: 1. Sentiu falta da pauta da economia solidária, acha que tem movimento para diminuir essa pauta no governo, propõe incluir na pauta assosciativismo e cooperativismo e economia solidaria. 2. Juventude, outro desafio nos próximos 4 anos, alem de aumentar o PRONAF é a desburocratizaçāoo, os jovens quando chegam aos bancos a burocracia não ajuda, vide edital FBB e BNDES, a lista de exigências de documentos acaba com os sonhos dos jovens, não condiz com a realidade das instituições. 3. Mulheres e porcentagem, adicionasse também a porcentagem de jovens, temos esse recorte forte da juventude na permanência no campo.

Um outro participante a intervir afirmou que há dados da ISAN na Amazônia, não se sente representada vendo o PPA que tem pautas faltantes como economia solidária e a cultura alimentar, que permeia a SAN, lei 11.343 assegura, está em formação no Ministério das Comunicações uma

Fórum Dialoga Brasil PPA 2016-2019



área dessa, o CONSEA deve criar uma comissão permanente sobre isso. Porque passa por todo o programa, por mulheres, jovens, etc., tem programas de agricultura familiar que distribui alface americana, sementes transgênicas..., os cozinheiros ensinando as merendeiras do interior. Devemos valorizar a nossa cultura alimentar nos programas PAA, PNAE, etc.

Água para consumo humano e água para produção, que seja mais incorporada a água para consumo humano. Tecnologias sociais não estão explicitadas. Em oficina acrescentar também a comunicação popular para fortalecer todas essas ações. Pedagogia da alternância é fundamental para a permanência da mulher e jovem no campo.

Sugestão de revisão: nos conselhos colocamos titulares de direitos x beneficiários, é uma conquista chamá-los de titulares de direitos. Interage com a parte da agricultura familiar, mas arriscou a dizer que a ação 14 é restritiva, sugerindo abrir essa ação de amplia programas como PRONAF e PRONATEC, deve diversificar as modalidades para atender os diferentes acessos. Outra é a forma de alcançar as centrais sindicais, uma ação dessa não pode ser restritiva, ampliar para organizações sociais de modo geral. Uma questão recorrente é o desafio da legislação e relação com o mercado, que ainda está tímida nas ações e metas. Acho que deveria estar mais explícito no PPA para ousar mais do que os mercados institucionais.

Dicotomia rural-urbano, prendemos muito nas atividades agro, mas temos que contemplar questões de foro social forte como a moradia, saneamento básico, também é importante para o desenvolvimento rural. Acesso à água está relacionado ao acesso a terra. Não só segurança hídrica mas também universal a todos os povos. A gestão pública deve estar contemplada como comitê de bacias. Ater pública, estatal ou não, tem que estar inserida no contexto do PPA. Na cultura da alimentação e atividade orgânica e agroecológica, colocar a questão dos bancos de sementes, dentro da economia solidária, para garantir produção limpa e saudável nesse aspecto da SAN.

Antes do primeiro fórum, o CONDRAF, CONSEA e CNAPO fizeram reunião para defender alguns pontos, alguns dos desafios foi a ação do estado de forma desigual e contraditória, incluiu os mais pobres mas não fortaleceu as entidades sociais e representativas dos setores populares. Nossa público de agricultores/as familiares eram tratados/as como beneficiários/as de projetos sociais. A partir de 2003 isso mudou no MDA, começamos a ganhar espaço e fortalecimento. Discutimos (...) integrar os espaços e as pessoas desses espaços. Desenvolvimento rural, sua 2ª conferencia, não aparece nada sobre essa abordagem territorial, exceto terras indígenas e quilombolas.

Existe ligação entre os programas, ex da economia solidária, que está no cronograma junto com micro empresa, micro empreendimento. Território: para além do geográfico, a intersetorialidade é ainda mais fundamental. Um dos instrumentos que estamos construindo são as agendas, para fazermos a relação entre os vários programas, entre grupos de programas, um grupo de ação de governo mais amplo. É uma forma de acompanhar melhor, definir quais os instrumentos de gestão, as ações do governo são setoriais ainda.

Fórum Dialoga Brasil PPA 2016-2019



Planejamento foi dialogar com algumas questões, aprimorar a forma como trazemos esse conjunto de repostas a vocês. Jovens rurais: na questão ater, a estratégia do MDA, órgão que coordena a política, é garantir 20 por cento do PRONAF para jovens. Amanhã, na discussão do monitoramento, vamos pensar em como minimizar esses gargalos. Quanto a abordagem territorial, houve um ajuste nas diretrizes “desenvolvimento territorial e regional”. No programa 2029 temos um rol de questões que envolvem os territórios rurais como unidade de planejamento, é o debate do grupo “território e meio ambiente”. No nosso grupo, tem a abordagem territorial para a política de ater e para a reforma agrária. É um universo muito grande, mas temos a abordagem territorial específica nesses pontos que coloquei.

Com base na Lei 11.346, considerar a cultura alimentar nas políticas estruturantes de SAN, reconhecendo que esta é salvaguarda para a segurança e soberania alimentar e nutricional, incentivando o consumo de alimentos locais (seja in natura ou em preparos), garantindo a transmissão geracional de conhecimentos (no ensino formal e práticas tradicionais), a aplicação de práticas, sabores e saberes tradicionais na alimentação escolar e na criação de Hortas escolares e comunitárias a partir de sementes crioulas locais, integrando a cultura alimentar inclusiva as plantas medicinais, aos programas de sustentabilidade e agroecologia, combate a obesidade, vida saudável, pescados artesanais e segurança hídrica.

Grupo 2 - Desenvolvimento Urbano e Justiça

Questões surgidas durante a apresentação

- Os objetivos regionais serão aplicados em escala nacional ou se referem somente a questões regionais?
- Falta de atenção a Política Nacional de Saneamento Básico, dando toda ênfase ao PNRS.
- Plano de Habitação retratará acesso à terra em locais de risco de cheia?
- Qual é o significado da inclusão de soberania dentre o tema de acesso a recursos hídricos?
- Ausência de mecanismos modernos de acesso à Justiça nos projetos (em especial, mediação)
- Ausência de projetos de prevenção da criminalização da pobreza.
- Necessidade de se considerar a proteção de homicídios de jovens negros.
- Qual é a estratégia do PPA para diálogo com autonomia federativa da polícia? O que ocorre no silêncio dos Estados? Há previsão de controle externo na polícia?
- Necessidade de políticas de educação, incentivo ao esporte e reestruturação familiar com fim de erradicar a violência na raiz.
- Cigarros estão contemplados entre as políticas de controle e drogas?

Debate: críticas, sugestões e dúvidas

- Fomento a Defensoria Pública – entidade criada para defesa dos direitos e nos programas não há menção.

Fórum Dialoga Brasil PPA 2016-2019



- Fortalecer o acesso à Política Habitacional – na afirmação do governo o problema da construção de moradia é questão de área e na verdade é questão de destinar as áreas ociosas para a função social. Faixa I deve ser priorizada. Produção social da moradia.
- Recursos Hídricos – Aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos - cuidados com o meio ambiente, preservação das nascentes, poluição do lixo – coleta seletiva – uso de óleo de fritura para biodiesel.
- Reinversão da lógica do conceito de cidades, reaproveitamento das cidades, regularização fundiária.
- Saneamento Básico – água de qualidade, rede de esgoto.
- Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano – políticas transversais – universalização das cidades – preocupação com referência apenas aos conceitos do MCMV que trata apenas da produção habitacional. Olhar mais integrado.
- Justiça – aperfeiçoamento dos instrumentos de audiência de custódia.
- Justiça - O Estado com principal violador dos Direitos Humanos – necessidade de políticas de reparação para as famílias vítimas de violência do próprio estado.
- Mobilidade Urbana – falta sistema de logística para transporte urbano, com enfoque para as necessidades e condições de cada cidade.
- Justiça – Enfoque para mediação de conflitos e arbitragem.
- Ausência de instrumentos garantidores do respeito a espaços territoriais especialmente protegidos (como unidades de conservação e APPs) em área urbana.
- Licença ambiental – dificuldade quando solicitada por Movimentos Sociais.
- Encargos Sociais nos movimentos trabalhistas.
- Nos espaços urbanos deveria ter locais para agricultura urbana – incentivo para agricultura urbana e periurbana.
- Necessidade do plano de comunicação e educação para a implantação da PNRS.

Grupo 3 - Direitos

Debates dos temas

- Questão LGBT não ter um eixo temático é um equívoco, deveria especificar a questão.
- Como se faz política sem recurso público? (Auditoria da Dívida)
- Meta: 0060 - Implantar o Sistema Nacional LGBT, fortalecendo institucionalmente com garantias orçamentárias, para execução de Políticas Públicas de Promoção da Cidadania e Direitos LGBT; para implementação do II Plano Nacional LGBT.
- Indicar LGBT em todos os pontos do Tema de Direitos Humanos, nos Desafios/Considerações;
- Rede de Comunicação em direitos dos fóruns interconselhos nacional e regionais dando voz aos conselheiros e conselheiras.
- Criação Escola de Conselhos.

Fórum Dialoga Brasil PPA 2016-2019



- Que LGBT seja uma diretriz específica, com demandas e temas de política publica pela cidadania LGBT nas formulações do PPA.
- Promover Jornada Nacional de Fórum Interconselhos nos estados e municípios, para promoção de diálogos entre conselhos, governos, movimentos sociais, sobre PPA e as Políticas Públicas, Conferências e espaços de debate permanente, promovido pela união.
- Criação de Fundos de Direitos Humanos LGBT para financiamento de política publica pela cidadania e enfrentamento a violência.

Ao desafio/ações/considerações:

- 4 redução drástica dos homicídios no Brasil.

Critica - Apesar de importantes as respostas não são suficientes devido outras dimensões indispensáveis não terem sido contempladas tais como: um pacto nacional, o controle de armas no Brasil, melhorias na formação profissional das forças de segurança pública, aumentar as investigações e suas resolubilidade mais efetiva. O enfrentamento com políticas transversais sobre questões envolvendo drogas.

- Apoiar/realizar com o Ministério da Justiça a implementação da política publica de prevenção da violência construindo cultura da paz em substituição a cultura da violência.
- Qual a polícia que a gente quer?

Porque o marco institucional não entrou no Plano?

- Marco Institucional: acrescentar o Plano Decenal de Direitos Humanos de Criança e Adolescente, que traz eixos e objetos estratégicos importantes para o PPA
- Construção de uma agenda temática com Política da Criança e do Adolescente.
- Na ação 1 do Programa específico, acrescer o fortalecimento das medidas em meio fechado: internação e Semi-liberdade.

Um espaço como interconselhos é importante pela integração e multiplicidade de temas.

- Programa temático de idosos;
- Ações de saúde, educação, economia doméstica desde a infância;
- Envelhecimento ativo, Centros Dia;
- Defender a efetivação da Política Nacional do Idoso (PNI) e Estatuto do Idoso e deliberações das conferências nacionais do Idoso;
- Apoiar a elaboração do sistema de monitoramento e avaliação do PNI;
- Promover e apoiar iniciativas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área da gerontologia social, geriatria e pesquisa;

O que pleiteamos:

- Maior atenção ao idoso propiciando um envelhecimento ativo;
- O cumprimento das políticas nacionais, estaduais e municipais do Idoso;
- Implementação e/ou criação e acompanhamento de conselhos municipais do Idoso;
- Criação de Centros Dia, como opção de cuidado diurno, evitando afastamento da família e a institucionalização em tempo integral;
- Inclusão da temática do Envelhecimento nos conteúdos curriculares;
- Preparação para aposentadoria com pelo menos, cinco anos antes do desligamento profissional;

Fórum Dialoga Brasil PPA 2016-2019



- Criação de casas lares para idosos moradores de rua, abandonados pelas famílias, sociedade em geral e poder público;
- Incluir no PPA o programa específico da promoção dos direitos da pessoa idosa;
- Criação de ILP's públicas nos estados principalmente municípios de grande porte;
- Assim como são contemplados os programas de promoção dos direitos da criança e do Adolescente dos direitos da juventude, deve, por equidade e por necessidade ser incluído o Programa de Promoção da Pessoa Idosa.
- Ter um programa específico para o idoso. Tem que ter a preocupação com o envelhecimento, inserção da temática do envelhecimento na sociedade;
- Faltou citar a Defensoria Pública no PPA e fomentar a Defensoria;
- A população negra corresponde a 53% da população brasileira tem o dever de, insistir que o Estado tem que fazer o dever de casa em relação a democratização da mídia. A Mídia interfere na questão racial no Brasil.
- A TV Escola e todos os canais do Estado não devem continuar naturalizando a ausência de pessoas negras como apresentadores, comentaristas;
- Regulamentação da mídia – por ser difícil impedir, ao menos deslocar para depois das 22 horas, programas tipo: DATENA/REZENDE e Sucursais nos ESTADOS.
- Nos itens 16 e 22 faltam ter oportunidade de tratar com maior especificidade a população em situação de rua.

Meta: Promover Políticas que garantam a redução do sub-registro civil de nascimento com monitoramento sistemático das ações constantes nos planos estaduais e municipais;

Ações: Intensificação da identificação da população não registrada e mapeamento das áreas de maior incidência; organização de ações estratégicas para estimular o público-alvo aos órgãos registradores; capacitação de gestores públicos estratégicos como agentes de mobilização para o registro de nascimento.

Proposta - Direitos

- Garantir a rede de atenção psicossocial e o fechamento imediato dos hospitais psiquiátricos conforme a lei 10.216/01 e garantir políticas públicas aos alcoólatras e usuários abusivos de drogas. Retirando da justiça qualquer contato e ou cuidado.
- Entrar a questão do tráfico de pessoas.
- Situação de pessoas sem registro civil de nascimento.
- Criar um programa para capacitar os agentes de delegacia não especializados para atender mulheres vítimas de violência;
- Ter abrigo que atenda a mulher e os filhos homens em situação de direitos violados. (de que o acolhimento só se dá com mulheres e filhas);
- Dentro dos programas que garantam o acesso a cadeiras motorizadas; melhorar e acelerar a distribuição assim com o de ortéses, próteses e acessórios para a pessoa com deficiência;
- Dentro da promoção da cota dar qualificação ao trabalhador beneficiado;
- Fortalecer o PPCAAM, tornando a renovação do convênio com os Estados automática;
- Criar um programa para atender as famílias que estão em conflito com a identidade de gênero de seus filhos;
- Programa Promoção dos Direitos da Juventude;

Fórum Dialoga Brasil PPA 2016-2019



- Promover um programa que possa absorver no mercado de trabalho, adolescente com distorção série/idade e que estejam fora da escola;
- Morosidade da Justiça na aplicação das medidas sócio educativas;

Eixo: incluir um programa de proteção a população de matriz africana e povos de terreiro.

- Campanhas que fomentam o combate ao racismo institucional.
- Proposta para nova redação, programa e objetivos:
- Programa proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas, comunidades e quilombolas e de matriz africana.
- Incluir povos tradicionais: Quilombolas e de terreiros.

Tema: Direito, saúde mental/Drogas consolidação da lei 10.2016/01 na orientação da rede de atenção psicossocial para o cuidado das pessoas em sofrimento mental e uso abusivo de drogas em todo o território nacional em substituição a políticas de segregação viabilizando a violação de direitos;

- Que a política não possa ser organizada pelo Ministério da Justiça para que não ajude a criminalização dos cidadãos em situação de vulnerabilidade;
- Em substituição aos manicômios políticas públicas intersetoriais na garantia ao cuidado da pessoa em uso abusivo de drogas e ou sofrimento mental, com base em políticas de moradia, trabalho, geração de renda economia solidária e inclusão social.
- Ausência do tema saúde mental;
- Tenhamos uma política de saúde mental amparada na lei 10.216/01 em que preconiza o cuidado da pessoa em sofrimento mental e o uso abusivo de álcool e outras drogas na rede de atenção psicossocial.

Marco Institucional: acrescer o Plano Decenal de Direitos Humanos de Criança e Adolescente, que traz eixos e objetos estratégicos importantes para o PPA;

- Estratégia de fortalecimentos dos conselhos de direitos;

- Invisibilidade da convenção 169, importante que tenha em algum lugar como iniciativa;
- Ação 13 e 15;
- Realizar consulta pública com os povos tradicionais de matriz africana;
- Constituir Agenda temática dos povos tradicionais de matriz africana;
- Constituir agenda da população negra;
- Indicador desagrega os povos e comunidades tradicionais;
- Indicador desagregar Raça/Cor;

- Construir campanhas nacionais de direitos humanos de pessoas em situação de rua.
- Reforço ao orçamento da Secretaria de Direitos Humanos.

- Questão do monitoramento na aplicação das cotas.
- O Genocídio da juventude negra é resultado também do ato de racismo, os ataques contra o povo de religião de matriz africana por causa da intolerância religiosa.
- Nas escolas é obrigatória a aplicação da Lei 10.639 e Lei 11.645. A história do negro e do indígena, que não é contada como deveria como as suas culturas.

Fórum Dialoga Brasil PPA 2016-2019



- Tratar da mediação de conflito. Necessário que o pacto federativo seja reforçado. Ação integrada entre governo federal, estadual e municipal.

Proposta:

- Programa de proteção e promoção dos direitos dos povos quilombolas e comunidades de matriz africana, considerando os objetivos deliberados no dialoga Brasil.
- Fortalecimento institucional e do pacto federativo como aceno aos Direitos Humanos e as Políticas Públicas afirmativas, tais como fortalecimento de setores e da sociedade civil nos fóruns, conselhos etc; visando a participação dos povos e comunidades tradicionais, população negra, LGBT, idosos, pessoa com deficiência e demais segmentos.
- Fortalecimento, ampliação do programa de mediação de conflito voltado para as comunidades negras, quilombolas, terreiros e indígenas.

- Criar programa específico de gênero e geracional nas faixas de fronteira para garantir direitos das crianças e mulheres indígenas
- Para coibir o tráfico de mulheres, adoção ilegal das crianças

- “A história precisa ser mudada...”

- Queremos a garantia e proteção dos povos indígenas e ação em relação ao estado do MS, onde as lideranças estão sendo criminalizadas e assassinadas.
- Queremos também que seja respeitado os direitos dos povos indígenas que esta garantido na Constituição Federal e Garantir a convenção 169 OIT.
- Dar visibilidade aos povos indígenas.
- Não a PEC 215 (não a aprovação de qualquer PEC que coloque em risco os direitos originários), aprovação imediata do estatuto do Índio.
- Fortalecimento do pacto federativo.
- Pagamento de serviços ambientais aos povos indígenas/ guardiã da natureza (PSA).
- Os índios tem que responder as penas dentro das suas comunidades locais.
- Demarcação/ Homologação de Terras indígenas. Ex: MS
- Efetivação do CNPI.

- Construção de uma política nacional de combate a homofobia permanente, com recursos próprios e com contínua relação com os movimentos sociais; com ênfase na criminalização da homofobia, promovendo segurança e saúde LGBT, combate ao estupro corretivo e o debate da diversidade sexual nas escolas.

- O governo precisa produzir política de fiscalização contra os programas sensacionalistas, em especial os que apresentam violência, corpos pretos tombados.
- Fortalecer a fiscalização em torno das leis que incidem sobre a população negra, tendo como exemplo as leis 10.639/03 e 11.645/08.

- Programa Promoção e Defesa dos Direitos Humanos.

- Desafio 18 - Fomentar a ampliação da metodologia da APAC (Associação de Proteção e Assistência Aos Condenados) Como política auxiliar no equacionamento da problemática carcerária do país.

Fórum Dialoga Brasil PPA 2016-2019



- Fortalecimento da SDH principalmente no orçamento; uma campanha nacional de direitos humanos.
- Educação básica deve conter temas (obrigatórios): respeito a diversidade e cidadania; prática de implantação de hortas orgânicas; iniciação musical, práticas esportivas; dança, etc; visitas inter-escolas; tratamento do lixo; difundir a visão holística.
- Apoio às organizações sociais e populares, que desenvolva ações educativas e técnicas. O governo transfere muitos recursos aos cidadãos e cidadãs; formar doula (mulheres para facilitar parto normal; cesariana não é parto, é cirurgia; o ministério da saúde deve facilitar a formação das doula).
- Trabalhar para aplicar as leis, inclusive a laicidade do estado, fazer pacto entre os poderes do Estado. Pode o próprio Judiciário desobedecer as leis? Em alguns lugares é só retirar a figura de Cristo crucificado. O plano piloto em Brasília foi idealizado já incluindo uma capela cristã.
- Pactos federativos: condicionar centro convênios a facilidades de políticas de inclusão diversidade.
- Rever concessões de TVs; colocar critérios; respeitar a diversidade étnico racial. Existem muitas TVs- religiosas (evangélicas, católicas...). As TVs estatais transmitem missa.

Grupo 4 - Saúde, Consolidação do SUAS e Previdência

Foi levantado questionamento sobre a execução do plano elaborado, com contingenciamento de recursos e projetos que não são executados. MPOG fez explicações sobre o processo de elaboração do planejamento e que, de partida, foi tentado construir um plano com o governo e a sociedade que fosse minimamente aceitável para todas as partes. Não é possível dizer se o planejamento será totalmente cumprido, mas há proposta para construção de um sistema de monitoramento para que se possam ter devolutivas ao longo do tempo.

Foi feito questionamento sobre as etapas de elaboração do PPA, sobre possibilidade de alteração no conteúdo e execução das metas. MPOG respondeu que o PPA deve ser encaminhado ao Congresso até o final do mês de agosto e que alterações podem ser realizadas no Congresso, explicou o processo de orçamento e sobre o monitoramento.

Em seguida foi iniciada a apresentação do programa temático atualizado e das propostas, com distribuição de resumo impresso dos conteúdos apresentados. Houve reclamação de que o material não foi distribuído em braile, pois há participante deficiente visual no grupo.

Programas apresentados:

- Consolidação do Sistema Único de Assistência Social
- Previdência Social
- Fortalecimento do Sistema Único de Saúde

Fórum Dialoga Brasil PPA 2016-2019



Foram realizadas sugestões e considerações pelos participantes. O MPOG, o Ministério da Saúde e o Ministério da Previdência fizeram alguns esclarecimentos e responderam a questionamentos.

Considerações e Questionamentos:

- Itens que não foram contemplados no plano, com destaque para a taxação de grandes fortunas.
- Fontes e estimativas de orçamento, programas universais e interface de temas de saúde com outros temas, a exemplo da assistência social.
- O PPA não traz conteúdo sobre assistência social, apenas programas e ações que já existem, e que são os prioritários para o governo e já acontecem. O PPA não traz novidade para a política da assistência social.
- As necessidades básicas não estão incluídas na situação do SUAS.
- A prevenção não é realizada pela política de saúde.
- Questionamento sobre recurso para os programas.
- Esclarecimento sobre critérios para o Bolsa Família: há critério de ¼ de salário mínimo, mas quem julgar ser necessário poderá buscar o CRAS e avaliar a possibilidade de ser assegurado.
- É necessário compromisso pelos Conselhos para que os conselheiros permaneçam nos processos de construção até o fim e fazer críticas construtivas, com indicação de soluções para as críticas apresentadas.
- A execução dos recursos é ruim, e quando entidades contratadas não executam os contratos, a exemplo de saneamento básico com a Funasa, o órgão público não tem muito que fazer além de um processo jurídico. A população beneficiária é prejudicada.
- Faltou conteúdo sobre público alvo, com destaque para populações rurais, ribeirinhas e indígenas. É necessário capacitar agentes de saúde e agentes ambientais para comunidades indígenas.
- Questionamento sobre os beneficiários da LOAS e sobre a reconstituição do Conselho de Seguridade Social.
- Os movimentos sociais devem se organizar para realizar o monitoramento e fazer incidência no Congresso Nacional para incluir os temas ainda não contemplados.
- É necessário pensar como prever um financiamento contínuo para algumas ações por parte dos movimentos sociais.
- Previdência e assistência não são temas restritos aos idosos. A política pública deve poder ser compreendida não só por técnicos, mas também pela população, que irá repassar para os seus segmentos.
- Crítica à comunicação do governo.

Fórum Dialoga Brasil PPA 2016-2019



- Questionamento sobre a não participação do Ministério do Trabalho, pois há dados do próprio MTE sobre trabalhadores sem carteira assinada e municípios que não têm fiscalização e acompanhamento.
- Conselho de Assistência Social informou que irá acrescentar em seu relatório a ausência de representação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no grupo.

Sugestões

- Programa de Consolidação do SUAS - desafios e ações nº 8: tem se trabalhado a expressão “condição de trabalho análogo ao escravo”.
 - Nova sugestão de utilização das duas expressões: trabalho escravo e condição de trabalho análogo ao escravo.
- Colocar a política de recuperação do benefício do idoso.
- Programa de Fortalecimento do SUS – Desafios e ações nº 2 nº 3 - Objetivo 1136: melhorar o padrão de gasto trata-se de gestão pública, e o financiamento deve ser quatripartite – muitos trabalhadores ainda estão contribuindo e a lei da desaposentadoria ainda não foi votada.
- As fontes para saúde devem contemplar a taxação de grandes fortunas e o fim das renúncias fiscais. Se não pode ficar no PPA, o governo deveria encaminhar um projeto de lei sobre a questão.
 - A proposta não é unanimidade no grupo, pois há necessidade outras reformas.
- Questão da pessoa com deficiência, mesmo que esteja sendo discutida em outros grupos, nestes trata-se de discussão sobre direitos, que não tem recurso orçamentário para políticas públicas. Na política de assistência social é que está alocado o recurso para as políticas públicas para as pessoas com deficiência, e é necessário pensar mecanismos para não se perder os recursos atuais e efetivar ações já existentes, como as residências inclusivas.
- Segurança alimentar (destaque para cisternas) não faz parte da Política de Assistência Social e deve ser corrigida para ser agregada à política de saúde.
- Inclusão de prestação de contas do recurso que é arrecadado para a previdência social para acabar com o mito sobre o sistema ser deficitário.
 - Foi realizada consideração em seguida de que há publicação do anuário da previdência social que contem estas informações para o setor público e o setor privado.
- Saneamento básico não deveria ficar com o Ministério das Cidades, mas deveria ser agregado ao sistema de saúde pública.

Repostas e Esclarecimentos (MPOG, Min. Saúde e Min. Previdência)

- Algumas ações não cabem no planejamento porque pertencem a outro debate, a outra instância. Há outros instrumentos disponíveis, como projetos de lei, para incluir orçamento para o tema, e a atuação do governo não se encerra no PPA.

Fórum Dialoga Brasil PPA 2016-2019



- A apresentação realizada contempla os desafios apresentados no processo para os temas específicos, e não o PPA por completo.
- Há ações e iniciativas da Funasa no programa de saneamento básico e resíduos sólidos. Sobre o financiamento, a Lei Complementar 141 define ações e serviços públicos de saúde, definindo quando é saneamento básico da saúde ou de outro campo.
- Sobre benefícios previdenciários (contributivos) e assistenciais, considera-se que o meio rural está contemplado. A ação orçamentária da previdência foi discutida no âmbito do Conselho e está sendo encaminhada.
- Quanto à LOAS, o recurso orçamentário está no MDS; a concessão e o pagamento são realizados pela estrutura do INSS.
- Todos os Secretários Executivos de todos os Ministérios foram solicitados a enviar representantes para o Fórum para apoiar com esclarecimentos.
- Decreto nº 8.443/2015 trata sobre o fórum de debate sobre emprego e previdência social.
- A Advocacia Geral da União tem uma coordenação geral de recuperação de créditos onde há controle das ações regressivas, entre estes acidentes de trânsito, acidentes de trabalho, violência, etc.

Grupo 5 - Educação, Esporte, Cultura e Tecnologia

Programas: Educação de Qualidade para Todos; Esporte, Cidadania e Desenvolvimento; Cultura; e Ciência, Tecnologia e Inovação.

Caminho metodológico: Acolhida e apresentação dos/as participantes, escolha do/a relator/a da sociedade civil. Destaque para a memória da noite anterior com enfoque aos processos vivenciados desde o I Fórum Interconselhos ao II Fórum; (Dialoga Brasil regionais e setoriais); apresentação da metodologia do trabalho; do objetivo do II Fórum Interconselhos e da manhã de trabalho, tendo como foco a devolutiva do PPA (Programas, Objetivos, Metas e Iniciativas) apresentado pelo MPOG; comentários dos Ministérios presentes acerca do processo das oficinas (MEC, Esporte e Cultura) e o processo em construção do PPA 2016-2019

Apresentação dos Programas Temáticos, Objetivos, Metas e Iniciativas do PPA 2016/2019. O MPOG explica como foram incorporadas as propostas colhidas de diversas formas dos vários fóruns que ocorreram. Ressaltam a importância dos trabalhos do Fórum tendo em vista 25 anos de trabalho para se chegar a este modelo de construção do PPA com participação social.

É importante ressaltar que o objetivo do II Fórum Interconselhos, fazer a devolutiva do PPA, causou reações contrárias, posicionamentos da não pactuação com o proposto. Para um número significativo de participantes estava a ideia de ainda poderem fazer contribuições, alterações ao documento. Por conta disso, dois conselheiros deixaram o local afirmando que, se não poderiam mais fazer contribuições ao texto que não havia necessidade de estarem ali. Estamos aqui para

Fórum Dialoga Brasil PPA 2016-2019



quê? Posições a favor e contrárias. Faz-se então o acordo de que, à medida que os Programas eram apresentados, deveria se fazer destaque no sentido do MPOG avaliar e assim, procurar incorporar sugestões. É importante destacar que parte significativa de conselheiros/as não estiveram no I Fórum Interconselhos, talvez por isso, a dificuldade de entenderem a proposta da devolutiva.

Temática Educação: Reflexões, recomendações, proposições

- Conselheiros/as sentiram ausências em relação ao que tinham exposto no I Fórum Interconselhos em abril/2015.
- É importante recuperar o texto padrão que garanta questões étnicas de forma ampla sempre que couber no texto do PPA.
- A apresentação do MPOG ajudou a tirar dúvidas sobre o PNE.
- O PNE tem que estar refletido no PPA. A proposta para educação feita pela Secretaria de Assuntos Estratégicos não deve ser considerada (Pátria educadora).
- O PPA deve contemplar, expressar amplamente uma educação de qualidade em todas as políticas de educação do MEC.
- Deve-se estabelecer metas mais claras para escolas no campo, percebe-se no PPA o esvaziamento da educação do campo. Por ex. No PPA deve estar explícito quantas escolas para a educação do campo.
- O PPA deve garantir a criação de novos museus por serem espaços para educação.
- O MPOG deve estar atento à flexão de gênero no texto por completo na elaboração do texto final.
- Não podemos perder de vista a educação informal, a educação popular nas proposições para as políticas de educação.
- Acrescentar a leitura crítica da mídia.
- Inserir a ciência no pilar educacional. É preciso valorizar a ciência no texto sobre educação. Inserir a cultura da ciência para as crianças.
- Pensar a formação de professores/as como peça importante na e para a qualidade da educação.
- Traçar a ação orçamentária de cumprimento do PNE.
- Orçamento das universidades públicas que visam à qualidade da educação.
- Ausência identificada: expansão da educação superior para cumprir metas do PNE. Educação superior pouco tratada no texto. Melhorar a qualidade da educação superior.
- O MPOG esclarece que “Educação Superior” não consta na devolutiva, pois não houve demanda no Fórum Interconselhos de abril, mas o assunto consta no PPA.

Fórum Dialoga Brasil PPA 2016-2019



- Os conselheiros/as não aceitam cortes em Educação, Ciência e Tecnologia por conta de ajuste fiscal.
- Extensionismo da educação como um dos tripés a serem fortalecidos nas universidades. É com a extensão universitária que se alcança a transversalidade na educação.
- Garantir que os adolescentes tenham acesso e conheçam o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA deve estar no currículo escolar.

Temática Cultura:

- Garantir no texto a distinção de 2% do PIB para cultura;
- Levar em consideração e proteger a ciência e tecnologia produzida pelos povos tradicionais.
- Incluir povos indígenas no texto (Iniciativa 067G), desafio 2;
- Incluir LGBT e idosos no texto (Iniciativa 05ZV);
- Especificar as desigualdades de gênero, racial, cultural e outros.
- Preservar com salvaguardas – Desafio 2 – Objetivo 0783
- Incluir cultura cigana – Desafio 3 – Iniciativa 05ZC
- Onde falar de povos tradicionais, também incluir, os povos indígenas
- Incluir povos indígenas (Desafio 5 – Metas 04JS, 04LD, 04JN e Iniciativas 067G).
- Incluir recuperação de pessoas em situação de rua – Desafio 2 – Iniciativa 05RE

Temática Esporte

- Incluir moradores em situação de rua a ter acesso a esporte e lazer.
- Indígena questionou se os “Jogos Mundiais Indígenas” devem estar no PPA. Ministério do Esporte respondeu da importância em se regionalizar metas, jogos e ampliar etnias envolvidas

Ciência e Tecnologia

- Onde houver o texto “Ciência e Tecnologia” no PPA, sempre incluir a palavra “Inovação”.

Aspectos positivos: A presença de representantes dos Ministérios MPOG, MEC, Esporte e Cultura que contribuíram expressando o processo das oficinas e incorporação das propostas; a presença de indígenas, jovens e ciganos; a representação significativa do Conselho de educação.

Problemas Enfrentados: o computador deu problemas na hora da apresentação; sala quente, retirada de cadeiras no momento do debate o que incomodou os/as participantes; saída de dois conselheiros do espaço por não pactuarem com o objetivo do II Fórum, mas ao mesmo um dos conselheiros fez reflexão em torno da atitude dos dois conselheiros, que essa não deve ser a postura, que não constrói.

Fórum Dialoga Brasil PPA 2016-2019



Observação: alguns conselheiros/as destacaram que ficar apenas na devolutiva do PPA é afirmar que este II Fórum Interconselhos é improdutivo. Se for apenas para ficar na devolutiva, então, que a SG/MPOG envie um arquivo PDF, evitando assim a mobilização de pessoas e gastos de recursos públicos.

Grupo 6 - Território e Meio ambiente

Demandas

- De onde vêm os recursos indígenas? E o PNGATE está contemplado no PPA?
- Como ficou a questão da conservação da Mata Atlântica no PPA? É só no SNUC? Ação envolvendo "Ministérios" em prol da conservação do Bioma Mata Atlântica. Fortalecimento técnico/institucional com integração entre as esferas federal, estaduais, municipais em prol da proteção do bioma Mata Atlântica. Exemplos que foram citados no debate: LC140 e novo código - competência dos municípios para licenciamento. No debate chegou-se à conclusão de que os planos seriam uma forma de catalisar o processo de incremento no conhecimento acerca do Bioma Mata Atlântica. Desde o início foi falado e sabemos não ser possível à esfera federal custear os planos. Logo seria necessário um programa que fortaleça a relação entre as esferas para proteção do Bioma Mata Atlântica, tendo em vista o horizonte da gestão e a responsabilidade compartilhada pelo Meio Ambiente.
- Dentro das diretrizes do PPA, rever a matriz energética na Amazônia Legal que integra 8 estados.
- Como o Brasil perde muitos recursos minerais, a Lei Candir precisa ser revista.
- A Comunidade de Altamira não se sente contemplada com a construção da hidrelétrica Belo Monte. Um dos impactos é o aumento da violência contra as mulheres nesses locais que precisa ser combatida.
- Programa Qualidade Ambiental deve fazer uma contribuição relativa à matriz energética, que reduza a emissão de resíduos tóxicos como emissão de CO2 pela queima de carvão.
- Além disso, na política de resíduos sólidos não há incentivo à desoneração tributária. E educação ambiental não é suficiente para tratar essa questão.
- Há preocupação com as energias renováveis e os resíduos sólidos. Eles precisam ser tratados de forma transversal. É preciso rever a redação do desafio que trata das energias renováveis e dos resíduos sólidos, separando esses temas em desafios diferentes. A redação do desafio que devia ser revista é a seguinte: "Incentivo às energias renováveis (energia limpa) e resíduos sólidos (logística reversa e desoneração - PNRS) (Sul)".
- Tratar questões macro como a escolha do modelo de desenvolvimento, proposta de desonerações tributárias (lei Candir), modelo de matriz energética da região Norte, para ser incorporado na diretriz do PPA.

Fórum Dialoga Brasil PPA 2016-2019



- Há dificuldade do PPA responder as demandas das conferências nacionais. Não se vê um diálogo do PPA com o PNGATE e outros planos. Vê-se uma tentativa pelas Agendas Transversais para responder a temas transversais. A invisibilidade dos públicos atendidos (mulheres, quilombolas, etc.) não pode acontecer no PPA, já que no orçamento isso se perdeu. Como monitorar se as metas do PPA foram cumpridas de forma que a sociedade civil acompanhe?
- No PPA atual, tem num dos anexos as ações orçamentárias. Como será feito o acompanhamento da execução orçamentária?
- Parabeniza os ministérios pelo novo PPA 2016-2019. Reforça o papel da ATER, atendendo as especificidades locais. Propõe uma ação conjunta para tratar a proteção dos biomas. No MT há uma decomposição dos biomas, das águas, do solo e da vegetação. Temos que preservar o meio ambiente, evitando o desmatamento. Há preocupação com a contaminação dos agrotóxicos. Dados estatísticos confirmam grau alto de veneno no solo e na água, trazendo consequências graves para as populações do MT e de todo o Brasil. Trazer medidas para controle disso.
- Questão de gênero tem que permear o PPA. Considerar as trabalhadoras do campo ou das cidades.
- O Congresso conservador precisa ser acompanhado para ver se as propostas do PPA foram aprovadas.
- Política de resíduos sólidos e reciclagem não é coberta. Economia solidária não aparece no desenvolvimento regional e territorial, apesar de ter uma secretaria do MDA.
- Solicita tornar as ações previstas para as associações cooperativas de catadores de materiais recicláveis com um Programa de reciclagem popular tipo PRONAF para chegar crédito a 1.000.000 de catadores.
- Economia solidária é transversal, as políticas de desenvolvimento regional e territorial deve ter a economia solidária como base dos colegiados territoriais. Mas não está contemplado no PPA dessa forma.
- Documento Plataforma Fórum Ambiental está na internet. Foi entregue ao MMA e à Presidência da República. A não resposta tem sido sistemática do governo. Há questões de oceano, de agrotóxicos, entre outros. Há uma tentativa junto ao governo há muitos anos. No ano anterior, o fórum se recusou a participar. Há um incômodo na sociedade civil sobre esse assunto. O valor da sociedade civil precisa ser reconhecido pelo governo. Temos uma expectativa de que haja respostas concretas do governo. Precisa que o governo tenha uma nova consciência do que representa a sociedade civil. Não temos os mesmos princípios do governo. Inclua nesse PPA que a sociedade civil realmente ajuda o processo. A mídia criou uma imagem de que a sociedade civil atrapalha, mas não é verdade.
- Conselho Nacional de Recursos Hídricos está esvaziado. A metodologia do encontro propõe pra falar com outro grupo. O governo precisa dar algum encaminhamento. Só a expressão "vai apoiar as energias renováveis" não é suficiente. Lei 8433 precisa ser debatida. A sociedade

Fórum Dialoga Brasil PPA 2016-2019



civil tem apenas dois membros no Conselho. Há um desequilíbrio na representação da sociedade civil. Não vemos que o PPA está contemplando as demandas dos recursos hídricos.

- Elogiou o trabalho feito pela equipe da SPI que melhorou bastante o conteúdo do Programa de Recursos Hídricos. Tudo o que foi proposto pela Câmara Temática de Recursos Hídricos foi incorporado, segundo documento gerado por essa Câmara Temática em trabalho dos últimos dois anos e que norteou as mudanças prioritárias no novo PPA.
- Foi proposta uma melhoria na redação do programa 2029 "Desenvolvimento Regional e Territorial", objetivo 0978: "Consolidar o modelo de gestão social nos territórios rurais, **com o exercício da governança** entre o poder público e sociedade civil na formulação, gestão e controle das políticas públicas, **no âmbito dos Colegiados Territoriais**".
- Meta: 049M - Apoiar 239 Colegiados Territoriais **homologados**... Meta: 049L - Apoiar a elaboração de planos territoriais nos 239 territórios rurais homologados... **Nova Meta - Homologar novos Colegiados Territoriais**.

Respostas da Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico (SPI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

- A SPI esclareceu que o grupo 3 é que está debatendo as propostas sociais do programa temático que atende aos Povos Indígenas, que é "Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas". Lá tem especialistas no assunto.
- Segundo a SPI, não é possível o ICMBio fazer o plano municipal, devido à separação de competências entre os entes. Cabe ao município fazer esse tipo de plano. Foi previsto no PPA um plano para as unidades de conservação no âmbito do governo federal que está na sua competência.
- Segundo a SPI, há diretriz similar sobre energia renovável que já foi contemplada no PPA: "Promoção de investimentos para ampliação da oferta de energia e da produção de combustíveis, com ênfase em fontes renováveis".
- A SPI esclareceu que grupo 3 é que está fazendo o debate a respeito do tema Energia com maior profundidade. Mas adiantou que há 2 objetivos contemplados no programa 2033 "Energia Elétrica" e outro programa que trata de Ciência e Tecnologia que abrange a inovação energética.
- A SPI explicou que o programa temático de Qualidade Ambiental responde às demandas sobre resíduos sólidos (apoio a planos e consorciamento), reciclagem de materiais e logística reversa. Quanto à desoneração tributária, sabe-se que há um grupo de trabalho no governo federal que estuda essas desonerações. Sugere-se registro da proposta concreta para levar para discussão nesse grupo.
- A SPI esclareceu que o desafio proposto não vai para o Congresso Nacional, mas sim o PPA. A questão das energias renováveis está no programa 2033 "Energia Elétrica" do PPA 2016-2019 e em outro programa de Ciência e Tecnologia. É preciso checar se a ideia de Resíduos Sólidos está contemplada no programa foco desse grupo 6. Além disso, a Denise da SPI esclareceu que o Ministério das Cidades junto com o Ministério do Planejamento propôs os

Fórum Dialoga Brasil PPA 2016-2019



objetivos, metas e iniciativas no PPA 2016-2019 descritos no Relatório Preliminar para atender a proposta citada pelo participante sobre recursos sólidos e energias renováveis.

- Segundo a SPI, a programação do PPA busca a diversificação para aumentar a ênfase em energia eólica, solar e outras fontes renováveis.
- A SPI concorda que é um desafio para o próprio governo federal monitorar os resultados do PPA. O PPA novo fugiu de metas abstratas e melhorou a transparência e a comunicação dos programas temáticos. Além disso, o aplicativo no PPA Mais Brasil busca melhorar o monitoramento. Será um tema a ser melhor discutido amanhã. Além disso, pretendemos continuar com as Agendas Transversais.
- Segundo a SPI, será mantido o anexo que contém as ações orçamentárias ligadas aos Objetivos no PPA 2016-2019 e não mais ligadas a Iniciativas como era no PPA 2012-2015.
- A SPI propôs submeter a proposta da Política de resíduos sólidos e reciclagem e economia solidária para o governo. Também propôs submeter a proposta de ações previstas para as associações cooperativas de catadores de materiais recicláveis como um Programa de reciclagem popular tipo PRONAF para chegar crédito a 1.000.000 de catadores.
- A SPI expôs que a Economia solidária migrou do Programa de Desenvolvimento Regional e Territorial para outro Programa Trabalho Decente, Renda e Economia Solidária.
- A SG informou que, apesar do governo ser heterogêneo, o fórum interconselhos fortalece esse mecanismo de participação social: os conselhos, as conferências, os planos setoriais precisam se interconectar. Nesse encontro, procurou-se melhorar esses mecanismos. E também induzir outros órgãos que não são participativos a serem.
- Sobre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos que está esvaziado havendo um desequilíbrio na representação da sociedade civil e sobre a necessidade de debater a Lei 8433, a SPI informou que o tema está contemplado no PPA no programa de Recursos Hídricos principalmente. A SPI deu um relato da contextualização da proposta desse encontro que é uma devolutiva das demandas sociais apresentadas nos fóruns interconselhos, regionais e setoriais, houve 120 oficinas dos programas temáticos do PPA onde foram apresentadas as propostas sociais. Há um esforço de tentar integrar os assuntos transversais. A ideia desse encontro é expor as propostas que foram contempladas e as que não foram contempladas.
- A SPI esclareceu que a participante não chegou a tempo para ouvir as apresentações feitas sobre os programas temáticos do PPA feitas pela equipe da SPI. Portanto, é preciso que a participante se aproprie das informações dadas pelo governo para então reavaliar a posição feita.
- A SPI expôs que a ideia do evento não inclui alterar redação já realizada no PPA 2016-2019, por já ter tido momentos prévios de oportunidade de participação social em fóruns interconselhos, regionais e setoriais. Depois disso, nas oficinas com Ministérios foram analisadas as propostas. Portanto o momento é de socializar as propostas aceitas e as não aceitas, informando a sociedade civil sobre as incorporações feitas no PPA e o que não foi. As propostas indicadas serão anotadas. Quando oportuno, num futuro posterior, elas poderão ser avaliadas.

Fórum Dialoga Brasil PPA 2016-2019



Observações

- Sugestão de redação. Objetivo 1102: Tornar efetiva a logística reversa, criando mecanismos à coleta incentivo ao transporte e auxílio no beneficiamento dos produtos/matéria-prima/resíduos, recolhidos via logística reversa, corroborando com a redução da pressão (antrópica) sobre os recursos naturais.
- Houve esclarecimentos pela SPI sobre os conceitos apresentados no relatório entregue ao participante.

Grupo 7 - Desenvolvimento e Infraestrutura

Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária

- Estímulo ao Primeiro Emprego

Surgiu uma dúvida sobre a questão do estímulo ao primeiro emprego. Ficou pendente de esclarecimento se teria sido incluído no Programa de Juventude.

- Redimensionamento da força de trabalho para atendimento às demandas por fiscalização do MTE

Em relação ao Objetivo 0869 e as Metas 0404 e Meta 0403, relativo à fiscalização do Ministério do Trabalho, observou-se as dificuldades no atendimento à demanda. Faltou identificar a melhoria das condições para esse atendimento, como fazer melhorias na estrutura, realizar concursos para reposição da força de trabalho? Uma das propostas das Centrais foi de aumentar e ampliar o número de inspetores do Ministério do Trabalho para atender à demanda existente e ampliar sua atuação. O facilitador explicou que o PPA não abrange esse nível de detalhe. Na meta, há implicitamente a preocupação com o redimensionamento da força de trabalho, mas não está detalhado. O PPA traz uma agenda estratégica, não se pode perder isso de vista, destacou o facilitador.

- Associativismo e Cooperativismo não se limitam à Economia Solidária

O Objetivo 1096 não contempla os demais setores que compõem o cooperativismo e o associativismo. Fala-se de Economia Solidária, mas não em cooperativismo, pois há diferenças. O associativismo é muito mais abrangente e compreende as micro e pequenas empresas também.

- Artesãos

Falta também contemplar as categorias de artesãos com maior visibilidade.

- Trabalho Decente

Centrais sindicais questionam a questão da Rotatividade e da precarização do trabalho. Ratificação da 158 da OIT. Contra a flexibilização. Perguntou-se aonde se refletiu esse desafio no PPA.

Fórum Dialoga Brasil PPA 2016-2019



Programa Desenvolvimento do Turismo

- Identificou-se que faltou a questão do turismo social e do turismo de base comunitária.
- Surgiu uma dúvida sobre em qual Programa se concentram as ações de enfrentamento ao turismo sexual, pois deveria ficar bem evidenciado, como uma ação estratégica.
- Observou-se que houve manutenção de programas e não houve inclusão de novos programas, que falta planejamento em relação ao turismo.
- Sentiu-se falta da questão urbanística das cidades em relação ao turismo e identificou-se que a acessibilidade e sustentabilidade não estão incluídas no Programa (sabe-se, por exemplo, que 2% dos equipamentos urbanos têm acessibilidade). Observar na sustentabilidade das cidades a questão do planejamento urbanístico para receber essa população flutuante.
- Também se sentiu falta da intersecção entre prevenção da saúde da coletividade e o turismo. A questão da vigilância epidemiológica, por exemplo, deve ser considerada.
- Destacou-se a importância do fortalecimento organizacional e institucional do Turismo e da regulamentação da profissão dos turismólogos e ainda, a estruturação e implementação do Programa de Regionalização do turismo.
- Desafios 1, 2, 3, 4, 5, 7 e 8
- As respostas não atendem aos desafios. Ficaram muito longe de responder aos desafios postos.

Programa Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços

- Observou-se que a participação nacional da indústria brasileira é inexpressiva no contexto nacional (ex: indústria automobilística, construção de plataformas, indústria farmacêutica) e que o PPA tem que apontar uma meta para a indústria nacional que represente um compromisso facilmente identificável com a ampliação do PIB industrial em relação ao PIB global.
- Apontou-se que é necessário que haja proposta para a população carcerária em relação às oportunidades na indústria.
- O Plano foi estruturado e ainda está tudo nas caixinhas. Onde está o Sistema Nacional de Comércio Justo? Onde estão os BRICs? E o Mercosul?

Programa Energia Elétrica

- Incentivar formas associativas e não individuais de acesso à energia

Programas Transporte Aquaviário e Terrestre

- Incentivo ao investimento no transporte aquaviário e ferroviário de passageiros.

Contribuições por escrito:

1- Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária

Promoção de programa ou projeto de incentivo à criação de emprego por parte da MPE com desoneração da folha de pagamento para essas contratações específicas, com acompanhamento por parte do Ministério do Trabalho e das Secretarias Nacionais.

Fórum Dialoga Brasil PPA 2016-2019



Diversos programas sugeridos, em especial o Programa de Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária, apresentam como desafios assegurar, promover e apoiar as diversas formas de organização econômica, baseadas no associativismo, no cooperativismo e na autogestão. Todavia, as propostas, metas e ações sugeridas não atendem completamente a esses desafios, uma vez que o foco está em grande parte restrito à economia solidária, o que não inclui todas as formas de organização econômica existentes hoje no país. Esse fato prejudicará milhões de brasileiros e seus empreendimentos, e consequentemente restringirá as oportunidades de inclusão produtiva, social e de renda as quais o Brasil não pode deixar de apoiar e incentivar, principalmente durante o atual momento de nossa economia. Vale lembrar que o texto constitucional, em seu artigo 174, parágrafo 2º, afirma que a lei apoiará o cooperativismo e o associativismo e a OIT, em sua recomendação 193/2002, recomenda aos países a promoção do modelo cooperativista como forma de desenvolver atividades geradoras de renda e emprego decente e sustentável.

Combater a rotatividade de mão de obra, as demissões imotivadas.

Ratificar a Convenção 158 da OIT.

Combater a precarização do trabalho resultante da terceirização

Incentivar acordos e compromissos setoriais e regionais de desenvolvimento contemplando investimentos públicos e privados em pesquisa e desenvolvimento

Redução da jornada para 40 horas semanais sem redução de salário.

Garantir a participação dos trabalhadores na gestão das Agências Reguladoras.

Assegurar a organização sindical em todos os níveis, com ênfase no fortalecimento da capacidade de representação coletiva dos trabalhadores.

Garantir o direito de representação sindical por local de trabalho, com estabilidade.

Projeto que reprima as práticas antisindicais.

Garantir o direito de negociação coletiva do setor público nas três esferas e nos três poderes, regulamentando a Convenção 151 da OIT.

Favorecer a presença e organização sindical no local de trabalho para elevar a representatividade e a capacidade de negociação

2- Desenvolvimento do Turismo

Promoção da qualificação e regulamentação de profissionais visando à melhoria da prestação de serviços no setor de turismo.

Fortalecer a intersetorialidade com o MDIC com intuito de incluir o turismo na pauta de exportação.

050E – Promoção da qualificação e reconhecimento de profissionais visando a melhoria da prestação de serviços no setor do turismo

Fórum Dialoga Brasil PPA 2016-2019



Fortalecimento institucional: ações relacionadas ao fortalecimento da gestão do turismo no país, como também a qualificação de técnicos e gestores públicos, com o objetivo de organizar as estruturas de gestão, de modo a garantir sua boa performance operacional, sensibilizar e capacitar gestores e técnicos para a implantação e gestão da qualidade e eficiência no serviço público, assim como, contemplará infraestrutura a organização dos estados e municípios.

Turismo - O Brasil deve primar por uma política de turismo que combata incessantemente o turismo sexual. Promover outra imagem do Brasil no exterior sem usar o corpo da mulher como produto.

Incluir o fortalecimento do programa de regionalização.

Desafio Promoção do Desenvolvimento Produtivo em Bases Sustentáveis

A resposta não atende ao desafio posto.

Falta apoio ao turismo de base comunitária (específico) que respeite as comunidades do campo e da cidade, promova o desenvolvimento sustentável e crie uma cultura de paz.

Turismo inclusivo com metas estabelecidas e incluir o turismo social.

Faltam atividades de melhoria da competitividade do turismo brasileiro, com foco na diversificação e inovação de produtos e destinos e não apenas continuar investindo nos mesmos destinos e produtos.

Incluir meta que envolva o planejamento turístico voltado à busca da competitividade. Colocar quantitativo no número de visitantes – Brasil – estrangeiro.

Fazer com que o planejamento urbanístico das cidades conte com a população fixa, mas também a população flutuante.

Não reduzir as metas do turismo a ações de promoção dos destinos.

3- Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços

Artesão

Não está direcionado. As propostas estão vagas.

Pedimos direcionamento de políticas claras para o setor para que não seja apenas um complemento e sim um respeito com o artesão do Brasil, que são mais de 1000.000,00.

Na ação valorização de atividades econômicas emergentes as considerações não atendem, uma vez que os programas 1111, 0501, 050M não tratam de atividades econômicas relacionadas à atividade turística – Exemplo: Economia Criativa (cidades criativas, gastronomia, moda...)

Há uma carência no PPA de uma política mais agressiva e estratégica, para o aumento da participação da indústria no PIB se faz necessário um maior controle sobre as remessas de lucro ao exterior, direcionar parte desses recursos para a formação e qualificação de mão de

Fórum Dialoga Brasil PPA 2016-2019



obra e o fortalecimento da indústria nacional através de PCD e nacionalização de tecnologias, desenvolver a engenharia nacional e criar nichos tecnológicos para o país.

4- Energia Elétrica

Que seja pensado, na perspectiva de um desenvolvimento sustentável, a política tributária para a geração de energias alternativas para as comunidades ribeirinhas, quilombolas, cooperativas de base comunitária, associações, entre outras.

5- Simplificação da Vida da Empresa e do Cidadão (Bem Mais Simples Brasil)

O próprio programa precisa abrir seu escopo para atender à diversidade brasileira.

Precisa contemplar as organizações não governamentais (consta somente no enunciado)

Precisa contemplar as cooperativas de base comunitária, as cooperativas sociais e as empresas sociais.

Desafios 1, 2, 3, 4, 5, 7 e 8

As respostas não atendem aos desafios. Ficaram muito longe de responder aos desafios postos.

O objetivo 1059 – não atende à diversidade colocada nos desafios.

6- Transportes Aquaviário e Terrestre

O PPA precisa apontar para ampliação ou para a mudança do modal de transportes no país, tanto para carga quanto para passageiros. Um país com a extensão territorial e marítima como o Brasil não pode depender prioritariamente do modal rodoviário, mas trens e navios para transporte de cargas e de passageiros.

Incluir um objetivo que contemple a ampliação, a adequação e integração da legislação vigente para transporte de passageiros.

Incluir a melhoria dos transportes turísticos.

7- Comércio Exterior

A partir dos desafios, percebemos a falta das iniciativas do Mercosul, as propostas de comércio Sul-Sul, comércio de fronteiras, BRICS, como por exemplo.

Falta também o sistema de comércio justo e solidário (Decreto Presidencial no 7358).

Fortalecer a intersetorialidade com o MDIC com intuito de incluir o turismo na pauta de exportação.

Questões Gerais

- A qual modelo de desenvolvimento esse PPA atende?
- Enquanto demandas sociais são alocadas nas iniciativas, os grandes projetos de interesse do capital, que propõe uma demanda, são contemplados com três objetivos.

Fórum Dialoga Brasil PPA 2016-2019



- Aprofundar a implantação de políticas monetárias, fiscal e cambial compatíveis com as metas sociais de crescimento econômico, valorização do trabalho e distribuição de renda.
- Implementar ampla reforma financeira, com ampliação da oferta de crédito e redução do spread bancário, regulamentar o artigo 192 da CF.
- Implementar uma política de redução da taxa de juros para níveis internacionais.
- Tornar aberta a recepção dos sinais das TVs Senado, Câmara e das TVS das Assembleias Legislativas dos Estados.
- Apoiar e fortalecer o software livre.

Grupo 8 - Democracia e Gestão

Os representantes da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento (SPI/MPOG) apresentaram a devolutiva do Governo às propostas do Fórum Dialoga Brasil Interconselhos para os programas elencados no grupo. Durante a apresentação surgiram dúvidas com relação à elaboração dos atributos dos Programas temáticos. Foi respondido, pelos representantes do MPOG, que a elaboração toma por base diversas fontes: o PPA anterior, as propostas dos Ministérios e as propostas apresentadas no Fórum Interconselhos. Estas ajudam a alterar ou reformular propostas dos Ministérios e a formulação de novas propostas por estes.

Os representantes da sociedade civil fizeram as seguintes sugestões:

- No programa “Comunicações para o desenvolvimento, a inclusão e a democracia” é necessário que a diretriz do programa seja alterada de “Acesso à Informação” para “Efetivação do Direito à Comunicação”, uma vez que o programa se refere a objetivos relacionados ao direito à comunicação e não apenas a informação, que possui escopo menor. O MPOG se prontificou a levar ao Ministério das Comunicações a demanda para que se altere o título da diretriz.
- Necessidade de se fortalecer a participação social no governo, crítica à dificuldade de alguns Ministérios em atender às demandas dos conselhos. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos deve ser subordinado diretamente à Presidência da República, devido à gravidade da agenda tratada no conselho.
- Ficar registrada a ausência do plano decenal na devolutiva do PPA.
- Alterar do objetivo 1154 acrescentando ao final do texto “*tendo os Colegiados Territoriais como institucionalidade de referência nos territórios rurais*”.

Para facilitar a participação dos presentes e a dinâmica de funcionamento da mini-plenária, foi solicitado que os participantes prenchessem fichas com sugestões, propostas e dúvidas, apresentadas abaixo:

- Regular a mídia já!
- Ampliar o acesso à banda larga.

Fórum Dialoga Brasil PPA 2016-2019



- Ampliar Participação.
- Ausência de Participação Social na produção de conteúdos.
- Foco excessivo no acesso a tecnologias para o consumo de conteúdos.
- A meta 04RQ é insatisfatória! O pedido foi um Sistema de Monitoramento em tempo real!
- DEFESA – desafio proposto que sumiu – não comprar de países envolvidos em conflitos e ocupações.
- Combate ao uso político dos meios de comunicação por oligarquias.
- Falta melhor encaminhamento para propostas não atendidas.
- Fazer um Kanban gigante para implementação do PPA.
- Ampliação da internet banda larga como estratégia para beneficiar as comunidades rurais.
- Objetivos 1158 e 1159 – Não estão relacionados à desburocratização. Objetivo 1157 é vago.
- Discutir a mobilização das forças armadas em comunidades no Rio de Janeiro.
- Cidades inteligentes e humanas.
- Como se dará a participação da sociedade civil nas escolas de defesa?
- Política para Drones e outras armas automáticas.
- Acelerar o processo de regulação da mídia.
- Uso de sistemas de inteligência e monitoramento das fronteiras e costa marítima.
- Fomentar os conteúdos difundidos nas TVs educativas a partir das experiências da sociedade civil.
- Governo apela para escopo do PPA para se esquivar de desafios/ações fora de seu interesse.
- A iniciativa 06KI não corresponde ao desafio proposto de implementar um Sistema Nacional de Monitoramento e Avaliação.
- Incentivo a pequenos produtores de conteúdos de comunicação.
- O objetivo 1157 não trata do aprimoramento da “supervisão ministerial” e da “qualidade da sua regulação”.
- Defesa cibernética está no PPA! – defesa redes governo (GSI/PR) – defesa de redes estratégicas (serviços públicos).
- Dificuldade, insuficiência, limitação do PPA – absorver o debate sobre taxação de grandes fortunas que ora se verifica na sociedade brasileira. É preciso que tal tema surja e se explique no debate sobre planejamento da política tributária.

Fórum Dialoga Brasil PPA 2016-2019



6. Grupos de Trabalho

Os oito grupos de trabalho que foram constituídos para debater e levantar sugestões de agendas a serem monitoradas no acompanhamento participativo da Gestão do PPA 2016-2019 e dos Orçamentos partiram das seguintes perguntas: o que deve ser monitorado e como deve ser monitorado. O resultado dos debates realizados em cada um dos oito grupos é registrado a seguir:

Grupo 1 - Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar e Nutricional

O que monitorar?	Como monitorar?
<ul style="list-style-type: none">• O conjunto das políticas setoriais a partir dos conselhos e comissões existentes• O andamento e impactos do PPA na perspectiva do modelo de desenvolvimento• A celeridade por parte dos entes responsáveis pela execução dos objetivos de acordo com a infraestrutura proposta para o cumprimento das metas• Agenda temática integrada - Tema integrador: desenvolvimento sustentável solidário• Agendas que congreguem programas com temáticas e afins como por exemplo a agenda do “desenvolvimento rural sustentável e solidário”.	<ul style="list-style-type: none">• Conselhos e Comissões construindo espaços de monitoramento das políticas setoriais• Fórum Interconselhos ser espaço de pactuação e afirmação política na defesa de modelo de desenvolvimento que respeita a sociedade civil organizada• Comitê de acompanhamento e monitoramento formado com representantes dos conselhos
<ul style="list-style-type: none">• Agenda temática DSS. Políticas /segmentos que apontam para o DSS. Ex. Agroecologia, segurança alimentar, juventude, mulheres, povos, meio ambiente.• Que o governo considere as propostas das Conferências de Políticas indigenistas das Etapas, locais, Regionais e Nacional. Conferência Nacional de Política Indigenista no mês de novembro/2015• A política para as mulheres• O plano Nacional de Agroecologia• O plano Nacional de políticas para o semiárido brasileiro.• Criar agenda temática para pesca e agricultura• PPA Estaduais e Municipais• Temáticas que convergem:<ul style="list-style-type: none">- Mulheres, agroecologia, Agricultura familiar, segurança	<ul style="list-style-type: none">• Cada conselho deve construir uma estrutura de monitoramento que interaja com o governo e com o fórum interconselhos• Construir comitês de acompanhamento e monitoramento dos programas nos Conselhos Nacionais• Oficina de formação para os Conselhos Estaduais que tenham experiências em acompanhamento e monitoramento e que ao serem capacitados sejam multiplicadores• Realizar uma oficina de troca de experiências de conselhos estaduais que já possuem monitoramento para iluminar/orientar a construção de metodologia de monitoramento (oficina com poucas pessoas, 10 a 15. O objetivo seria reunir elementos que contribuam para a construção de metodologia)• Organizar oficinas temáticas com os conselhos e movimentos sociais interessados para consensuar critérios/indicadores• Favorecer a regionalização• Criação de comissões temáticas de monitoramento a nível regional e inter-regional.• Que o Dialoga Brasil possa ter uma ferramenta de monitoramento do PPA 2016-2019 de forma didática para que todos os movimentos da sociedade civil (muitos não estão nos espaços dos conselhos) possam avaliar e dar sugestões

Fórum Dialoga Brasil PPA 2016-2019



<p>alimentar, recursos hídricos, economia solidária, reforma agrária e comunicação popular.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Mulheres, povos e comunidades tradicionais e quilombolas, juventude, pessoa idosa, criança e adolescente, LGBT, pessoa com deficiência, comunicação - Gestão pública, segurança, saúde e comunicação e educação. - Reforma agrária, moradia e mobilidade, gestão pública e comunicação 	<ul style="list-style-type: none"> • Através de acordos pré-estabelecidos entre as partes com implicações de responsabilidades ao executor • Precisamos garantir mecanismos de monitoramento que conjuguem duas dimensões: setorial/intersetorial • Espaços: Nos ministérios – espaço de governo • Encontros temáticos • Encontros regionais • Encontros no interconselhos • Fluxos: garantir a disponibilização de informações com fácil acesso sobre as políticas/agendas para que os membros dos conselhos tenham subsídios para produzir suas avaliações para além das percepções e constatações empíricas concretas: Exemplo: A prática do CAISAV de sempre preparar um relatório de monitoramento das políticas em o tema das plenárias e enviar aos conselheiros. • Criar GTs, comissões ou câmaras no interior dos Conselhos para acompanhar/realizar continuamente o monitoramento das políticas/agendas e trazer estes resultados para interior dos conselhos • Que os espaços dos fóruns interconselhos sejam momentos de socialização e pactuação a partir dos passos anteriores
--	---

Grupo 2 - Desenvolvimento Urbano e Justiça

O que monitorar?	Como monitorar?
<ul style="list-style-type: none"> • Políticas públicas executadas pelo Estado (Convênios/Pactos) • Políticas públicas executadas pelo Município (convênios, pactos) • Sistema nacional de desenvolvimento urbano 	<ul style="list-style-type: none"> • Informação sobre a Execução/Planejamento pelos Conselhos Locais, não só pelo executivo local. • Consulta aos fóruns e/ou comitês existentes • Monitoramento pelo Concidades
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de cidades sustentáveis (reforma urbana) • Inter-relação entre as políticas governamentais 	<ul style="list-style-type: none"> • Fórum Nacional das Cidades • GT de conflitos
<ul style="list-style-type: none"> • Desdobramento entre o PPA e a LOA 	<ul style="list-style-type: none"> • Justificativas formais fundamentadas no PPA • Acompanhamento fiscal plurianual
<ul style="list-style-type: none"> • Regularização fundiária 	<ul style="list-style-type: none"> • Uniformizar os critérios de controle da regularização fundiária
<ul style="list-style-type: none"> • Reforma Urbana 	<ul style="list-style-type: none"> • Verificar a efetiva implementação do estatuto das cidades • Indicadores de qualidade de vida para verificar os resultados dos programas
<ul style="list-style-type: none"> • Segurança Hídrica 	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorar a disponibilidade hídrica em quantidade e qualidade em todo o Brasil
<ul style="list-style-type: none"> • Segurança alimentar 	<ul style="list-style-type: none"> • Verificar a existência de políticas e ações eféticas de agricultura urbana e periurbana

Fórum Dialoga Brasil PPA 2016-2019



<ul style="list-style-type: none"> • Mobilidade Urbana • Saneamento • Moradia digna 	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorando a aplicação e efetivação do próprio PPA em seus planos específicos.
--	---

Grupo 3 - Direitos

O que monitorar?	Como monitorar?
AGENDA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	
<ul style="list-style-type: none"> • Promoção da igualdade racial e superação do racismo; • II Fórum Nacional de Desenvolvimento dos povos tradicionais de matriz africana/povos de terreiro; • A efetiva aplicação da Lei 10639/2003; • Acompanhar a regularização da terras quilombolas; • Povos tradicionais de matriz africana/povo de terreiro e acesso às ações apontadas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de um fórum específico da igualdade racial e enfrentamento ao racismo, com organizações do movimento negro, de mulheres, misto, idosos, quilombolas, povos de terreiro, juventude negra, culturais, artísticas, LGBT negros, deficientes negros, etc; • Indicadores específicos com variáveis qualitativas e quantitativas para raça, gênero, geração nas temáticas de educação, saúde, segurança alimentar, segurança pública e rural; • Montagem de indicadores específicos e quantitativos: titulação de terras; presença na mídia/TV; homicídios/feminicídeos; cotas nas universidades e serviços públicos, Lei 10639 e domésticas; • Acompanhar a aplicação do Estatuto da Igualdade Racial.
AGENDA DE SEGURANÇA PÚBLICA	
<ul style="list-style-type: none"> • Agenda da segurança pública; • Genocídio da juventude negra; 	<ul style="list-style-type: none"> • Através dos indicadores da redução dos homicídios de LGBT; • Através de indicadores de redução da violência e homicídios de mulheres; • Através de fóruns, conselhos, transparéncia das informações para sociedade e mecanismos de responsabilização (Quem executa? Quem não executa?).
AGENDA DE GÊNERO	
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de órgãos municipais e estaduais de políticas para mulheres; • Produção de conteúdos que desconstruam mitos e estereótipos de gênero e raça; • Acompanhamento da rede de atendimento as mulheres em situação de violência; • Projetos produtivos para autonomia econômica das mulheres. 	<ul style="list-style-type: none"> • Através do GT na SPM; • Através de Conselhos municipais, estaduais e fóruns de mulheres, Interconselhos; • Através de redes de articulação de mulheres e entidades locais; • Através de Órgãos do Executivo; • Através de núcleos de estudos do MEC e SPM.
AGENDA DE DIREITOS HUMANOS	
<ul style="list-style-type: none"> • Violação dos Direitos Humanos em todos os seguimentos sociais; 	<ul style="list-style-type: none"> • Através da criação de mecanismos indicadores para monitoramento da implementação do Plano Decenal da Criança e Adolescente;

Fórum Dialoga Brasil PPA 2016-2019



<ul style="list-style-type: none"> • Implementação das resoluções das conferências nacionais, estaduais e municipais; • PNDH3; • Conselhos de Direitos nas esferas municipal e estadual quanto ao monitoramento com devolutiva em reuniões estaduais; • Agenda da Criança e do Adolescente; • Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente; • Desenvolvimento econômico das comunidades e populações empobrecidas (mulheres, idosos, crianças e adolescentes, negros e negras, pessoas com deficiência, População em Situação de Rua e LGBT); • Agenda Temática do envelhecimento nos conteúdos curriculares. 	<ul style="list-style-type: none"> • Através da criação e fortalecimento dos conselhos estaduais e municipais de direitos humanos, comissões temáticas, fóruns e espaços de fortalecimento dos direitos humanos; • Responsabilização dos gestores (federais, estaduais e municipais) responsáveis pelos encaminhamentos das violações de direitos humanos ocorridas em seu território; • Através dos serviços de assistência à pessoa idosa construindo, equipando e mantendo os Centros DIA, centros de Convivência e Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas; • Através dos fechamentos dos leitos psiquiátricos e a não efetivação dos modelos asilares como as comunidades terapêutica para usuários de drogas e álcool; • Acompanhamento das políticas de desenvolvimento sustentável que assegure os direitos econômicos das comunidades tradicionais, mulheres, idosos, pessoa com deficiência, criança e adolescente; • Acesso direto entre os ministérios responsáveis, por meio de servidores específicos; • Que o monitoramento seja feito também pelos Conselhos Municipais, com agendas estaduais; • Implementação dos Planos e afins: Decenal dos Direitos da Criança e Adolescente; • Regulamentação e Implementação da LBI; • Programa 2071 – Economia Solidária; • A consolidação da rede de atenção psicossocial na Lei 10216/01; • Diálogos • Fóruns • Conselhos • Publicação de relatórios;
--	--

AGENDA DOS POVOS INDÍGENAS

<ul style="list-style-type: none"> • Demarcação de terras indígenas; • Aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Através da comissão permanente de lideranças indígenas no ministério da Justiça.
---	--

Grupo 4 - Saúde, Consolidação do SUAS e Previdência

O que monitorar?	Como monitorar?
<ul style="list-style-type: none"> • Pessoa com deficiência 	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação entre o CONADE, Conselhos de Políticas Públicas e Mesas Interministeriais; • Censos diversos; • Aumentar a participação da sociedade civil junto ao poder público através de mecanismos de monitoramento, como o Dialoga Brasil e outros; • Publicizar plataformas dos ministérios envolvidos; • Conhecimento antecipado de dados (orçamentos, indicadores, etc.); • Plataforma específica para acompanhamento das agendas temáticas / plataforma pública;

Fórum Dialoga Brasil PPA 2016-2019



	<ul style="list-style-type: none"> • Fórum interconselhos quadrienal para acompanhamento das agendas.
• Povos indígenas	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação com Conselhos de Políticas Públicas; • Aumentar a participação da sociedade civil junto às ações do poder público; • Publicizar plataformas dos ministérios envolvidos; • Conhecimento antecipado de dados (orçamentos, indicadores, etc.); • Plataforma específica para acompanhamento das agendas temáticas / plataforma pública; • Fórum interconselhos quadrienal para acompanhamento das agendas.
• Pessoa idosa	<ul style="list-style-type: none"> • Controlar/monitorar via conselhos, sociedade civil organizada e entidades • Monitoramento da Política Nacional à Pessoa Idosa nas três esferas
• População em situação de rua	<ul style="list-style-type: none"> • Conselhos afins e pelo Comitê Interministerial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua nas três esferas
• Trabalho e previdência	<ul style="list-style-type: none"> • Publicizar plataformas dos ministérios envolvidos;
• Desenvolvimento sustentável e solidário	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento antecipado de dados (orçamentos, indicadores, etc.);
• Mulheres	<ul style="list-style-type: none"> • Plataforma específica para acompanhamento das agendas temáticas / plataforma pública;
• Criança e adolescente	<ul style="list-style-type: none"> • Fórum interconselhos quadrienal para acompanhamento das agendas.
• Juventude	
• Álcool e outras drogas	
• Igualdade racial e étnica	
• Saúde	
• Imigrantes	
• Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Por meio de Conselhos e setores competentes; • Efetivação do reconhecimento do MEC diante dos profissionais da educação e saúde na área indígena.
• O SUS como sistema único de saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Efetivação da implementação do projeto na íntegra; • Publicizar plataformas dos ministérios envolvidos; • Conhecimento antecipado de dados (orçamentos, indicadores, etc.); • Plataforma específica para acompanhamento das agendas temáticas / plataforma pública; • Fórum interconselhos quadrienal para acompanhamento das agendas.
• Processos licitatórios	<ul style="list-style-type: none"> • Criar uma comissão para acompanhamento dos processos licitatórios nos DSEIS/SESAI; • Publicizar plataformas dos ministérios envolvidos; • Conhecimento antecipado de dados (orçamentos, indicadores, etc.);

Fórum Dialoga Brasil PPA 2016-2019



	<ul style="list-style-type: none"> • Plataforma específica para acompanhamento das agendas temáticas / plataforma pública; • Fórum interconselhos quadrienal para acompanhamento das agendas.
<ul style="list-style-type: none"> • Assistência social 	<ul style="list-style-type: none"> • Por meio dos Conselhos nas três esferas; • Publicizar plataformas dos ministérios envolvidos; • Conhecimento antecipado de dados (orçamentos, indicadores, etc.); • Plataforma específica para acompanhamento das agendas temáticas / plataforma pública; • Fórum interconselhos quadrienal para acompanhamento das agendas.

Grupo 5 - Educação, Esporte, Cultura e Tecnologia

O que monitorar?	Como monitorar?
<ul style="list-style-type: none"> • Segurança alimentar e nutricional • Desenvolvimento rural, sustentável e solidário • Educação • Saúde • Direitos humanos • Desenvolvimento urbano • Trabalho, emprego e renda • Comunicação • Cultura • Meios de Transporte 	<ul style="list-style-type: none"> • Aperfeiçoamento de indicadores: <ul style="list-style-type: none"> - Realizar pesquisa de opinião com todos os segmentos envolvidos e beneficiados pelos programas, para mensurar sua eficácia e subsidiar eventuais ajustes; - Fortalecer as parcerias e a extensão universitária (Universidades e IFES); - Estabelecer os indicadores de ponta para contrapor-se na análise dos indicadores do PPA; - Pesquisa de avaliação multifocal dos programas federais, feita por todos os atores sociais envolvidos no processo; - Incluir no monitoramento do PPA os indicadores produzidos pelo INEP, sem prejuízos de outros indicadores para avaliar programas e metas do PPA; - Levar em consideração os planos existentes; - Coletas de dados utilizando o IBGE e sistematização por órgão independente (ex: IPEA/ Universidades/ Institutos Federais). • Ampliação e fortalecimento da Participação Social <ul style="list-style-type: none"> - Levar em consideração os planos existentes; - Pactuar e regulamentar com estados e municípios o modelo de avaliação e monitoramento do PPA; - Criar nos Estados e Municípios os Interconselhos (descentralização); - Articular os Conselhos que estão diretamente relacionados com os temas (visão transversal).

Grupo 6 - Território e Meio Ambiente

O que monitorar?	Como monitorar?
<ul style="list-style-type: none"> • Agenda ambiental, ods/ppa 	Trazer ministérios para o interconselhos;
<ul style="list-style-type: none"> • Matriz energética 	Acompanhar as metas quantitativas e qualitativas

Fórum Dialoga Brasil PPA 2016-2019



• Agroecologia (PLANAPO)	Ampliar a regionalização das metas e prestar contas desta regional no fórum interconselhos
• Plano de recursos hídricos	Acompanhamento regionalizado por biomas brasileiros
• Resíduos sólidos, logística reversa, desoneração dos catadores de materiais recicláveis	Manutenção dos recursos naturais, via uso racional, reuso e reciclagem
• Direitos territoriais e sociambientais dos quilombolas e povos/comunidades tradicionais	Consolidar e implementar a política dos comitês de bacias hidrográficas e garantir a participação de povos e comunidades tradicionais.
• Desenvolvimento rural sustentável e solidário de base agroecológica	Apresentação das metas atingidas no período ppa/ods no fórum interconselhos
• Política nacional de mudanças climáticas	Ter um sistema de monitoramento das metas vinculadas às agendas em uma plataforma virtual + amigável
	Ministérios ↔ conselhos nacionais, maior articulação
	Definir indicadores de acompanhamento nos respectivos conselhos
	Contraste metas ppa/ods
	Acompanhar/monitorar ações regionais e territoriais

Grupo 7 - Desenvolvimento e Infraestrutura

• O que Monitorar	• Como
• Programa de Creches (de acordo com a Lei Federal)	• Através do Ministério da Educação e Sociedade Civil
• Turismo	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão da Lei Geral do Turismo • Pesquisas de coletas de dados (primárias/secundárias), Estatísticas do Turismo, Pesquisas, relatórios, fluxo de visitantes, satisfação e qualificação • Programa de acessibilidade para cidades e equipamentos turísticos • Expansão de voos regionais e Cias Aéreas • Avaliar índices de desenvolvimento social e econômico (rural e urbano)do turismo
• Cumprimento do Pacto Federativo	• Descentralização de recursos aos Estados e Municípios
• Política Pública para MEI/MPE	• Criação do Conselho Nacional das Micro e Pequenas Empresas, a exemplo de outros Ministérios
• Economia Solidária	
• Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Agroecologia	
• Trabalho decente	

Fórum Dialoga Brasil PPA 2016-2019



• Mulheres	
• Direitos das Populações Vulneráveis	
• Infraestrutura	
• Desenvolvimento Solidário e Sustentável	
• Educação	
• Trabalho, Empreendedorismo e Inclusão produtiva	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de sistemas de informação transversais (macro-temas)
	<ul style="list-style-type: none"> • Conferências ou Encontros por temas Macro
	<ul style="list-style-type: none"> • Aprimoramento dos sistemas de monitoramento do MPOG
	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir periodicidade e institucionalização dos interconselhos/Devolutiva
	<ul style="list-style-type: none"> • Criar GTs de articulação e monitoramento nos Conselhos Setoriais Nacionais
	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliações regionais das políticas. Informações extra-regionais, repasse aos Conselhos.
	<ul style="list-style-type: none"> • SG estabelecer mecanismos que garantam integração e participação no âmbito do Fórum Interconselhos
	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorar o uso de verbas públicas usadas através de emenda parlamentar com aprovação dos Conselhos
	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões quadriestrais de agenda
	<ul style="list-style-type: none"> • Alinhamento do PPA com os programas e ações planejadas e lançadas pelos Ministérios
	<ul style="list-style-type: none"> • SG/PR estabelecer mecanismos que garantam a integração e participação no âmbito do interconselhos
	<ul style="list-style-type: none"> • Abertura para os conselhos para registro de considerações sobre a execução do SIOP

Grupo 8 - Democracia e Gestão

O que monitorar?	Como monitorar?
• Aprimoramento do Fórum Interconselhos	<ul style="list-style-type: none"> • Institucionalização do Fórum • Criação de protocolo de procedimentos/regimento • Instituir política de monitoramento nacional. • Participação de um membro de cada um dos ministérios nos grupos temáticos. • Construir gestão do fluxo de informação do Fórum • Propor indicadores ao PPA • Conhecer e disponibilizar os relatórios (relatório anual, aplicativo PPA + Brasil, SIOP, relatórios bimestrais de receitas e despesas primárias do MPOG, dados ministeriais da execução

Fórum Dialoga Brasil PPA 2016-2019



	<p>orçamentária, Siga Brasil).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criar um instrumento de comunicação permanente entre os membros do Fórum e estabelecer uma cultura de produção de notas e posições políticas do Fórum Interconselhos, aprovadas a qualquer tempo. • Institucionalizar o processo de formação/capacitação dos conselheiros.
<ul style="list-style-type: none"> • Adoção do participa.br como canal de acompanhamento e monitoramento do PPA pelos movimentos sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Vincular ao participa.br permite interação entre o PPA e os demais mecanismos de participação do Governo. • Articulação do Dialoga Brasil Digital com o monitoramento do PPA.
<ul style="list-style-type: none"> • Definir agendas prioritárias para monitoramento 	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhar as metas e suas alterações e progressos e acompanhar e reagir aos cortes em políticas estratégicas e programas associados ao PPA. • Sugestões de agendas: <ul style="list-style-type: none"> - Nas agendas temáticas, separar Juventude (Estatuto da Juventude) de Criança e Adolescente (ECA) - Incluir política externa como agenda temática. Dentro desta agenda, monitorar compra e venda de equipamentos e tecnologia de países que promovem ataques a outros povos, alvos de campanhas internacionais. - Monitorar os programas do PPA que atendem as comunidades de fronteira. - Medidas de combate ao racismo institucional. - Monitoramento de propaganda e publicidade de caráter preconceituoso ou racista. - Monitoramento da implantação da banda larga no Brasil
<ul style="list-style-type: none"> • No diálogo com os conselhos, garantir a presença de representantes da sociedade civil e não apenas governo, empresas públicas ou instituições 	
<ul style="list-style-type: none"> • Monitorar o uso de recursos destinados a publicidade em veículos que promovam racismo, sexismor que desrespeitem os direitos humanos 	